

Geografias macroeconômicas¹

Macroeconomic geographies

Jamie Peck
Departamento de Geografia,
University of British Columbia

Resumo

Em diálogo com o artigo de Ray Hudson sobre "potências emergentes" no capitalismo globalizado, este artigo de revisão reflete sobre a posição e a prioridade dessas questões macroscópicas no campo da geografia econômica, concentrando-se especialmente nas perspectivas de uma economia política reanimada em termos de desenvolvimento espacial desigual. São explorados dois temas: Primeiro, o artigo questiona o que significa o enfrentamento da problemática do capitalismo em ascensão (e em queda) e o motivo do vocabulário para essa discussão ter de ser importado, ou até mesmo improvisado. Em segundo lugar, o artigo explora o que pode significar não apenas revisitar e (re)afirmar, mas reconstruir noções de desenvolvimento espacial desigual, que, apesar de seu status praticamente incontestável no campo da geografia econômica, na prática, muitas vezes se deixou levar para o segundo plano explanatório, seja como pré-condição ontológica implícita ou como uma mera questão de sensibilidade ambiental.

Palavras-chave: Geografia econômica, desenvolvimento desigual, BRICS, variedades de capitalismo, economia política comparada

Abstract

In dialogue with Ray Hudson's paper on 'rising powers' in globalizing capitalism, this review article reflects on the position and priority of these macroscopic questions in the field of economic geography, focusing in particular on the prospects for a reanimated political economy of uneven spatial development. Two themes are explored. First, the paper asks what it means to confront the problematic of rising (and falling) capitalisms, and why it is that the vocabulary for this discussion has to be imported, if not improvised. Second, it explores what it might mean not just to revisit and re(in)state, but to reconstruct notions of uneven spatial development, which despite their virtually uncontested status in the field of economic geography have in practice often been allowed recede into the explanatory background, either as an implicit ontological precondition or as little more than an ambient sensibility.

Keywords: Economic geography, uneven development, BRICS, varieties of capitalism, comparative political economy

¹ Traduzido por Hipólita Siqueira, do original: Peck, J. (2016). Macroeconomic geographies. *Area Development and Policy*, 1(3), 305–322. <https://doi.org/10.1080/23792949.2016.1237263>
Copyright © Regional Studies Association, reprinted by permission of Taylor & Francis Ltd, <http://www.tandfonline.com> on behalf of © Regional Studies Association.

Introdução

O artigo de Ray Hudson (2016) pode ser considerado amplo e provocativo, ao abordar as "potências emergentes" dentro do espectro do capitalismo globalizado, e é um lembrete oportuno sobre a importância (e o potencial) do que pode ser chamado de geografia macroeconômica - tanto como objeto de análise quanto como orientação ontológica. É um "lembrete" no sentido de que o artigo também sugere algumas maneiras pelas quais o campo heterodoxo da geografia econômica pode olhar para trás a fim de compreender um tipo diferente de futuro, principalmente por meio de uma problematização ativa (em vez de um reconhecimento passivo ou mera reformulação) do desenvolvimento espacial desigual. O próprio Hudson, é claro, fez contribuições ao longo de sua carreira para esse campo como um dos pioneiros da "virada" para a economia política radical após o final da década de 1970 e como uma voz autorizada nos debates em andamento sobre sua reconstrução e rejuvenescimento (Hudson, 1989, 2001, 2005). E, como esse campo é (muito) mais do que uma agregação incruenta de livros, teorias e programas de estudo, trata-se também de um mundo político e, de fato, sociológico. Portanto, seria negligente ignorar as diversas e significativas contribuições de Hudson para a liderança, o desenvolvimento institucional, a orientação e (não menos importante) a camaradagem. Hudson foi um modelador da geografia econômica nos mais diversos sentidos do termo.

E como o campo foi remodelado. Quase que exclusivamente inquieta, reflexiva, pluralista e proliferativa, a geografia econômica está - como seu objeto - sempre em movimento. É uma fonte de dinamismo e novidade, promovendo uma cultura subdisciplinar na qual as posições contrárias e a contestação contínua tendem a ser mais valorizadas do que a consolidação ordenada de (supostas) ideias ortodoxas. Dito isso, também houve um certo acúmulo de práticas habituais e atitudes compartilhadas, juntamente com linhas discerníveis de continuidade nas disposições teóricas e metodológicas predominantes. A tendência da geografia econômica anglo-americana pós-década de 1970 é marcada pelas seguintes características: primeiro, o reconhecimento da natureza instável, contraditória, inconstante, propensa a crises e desigualmente desenvolvida do capitalismo; em segundo lugar, a percepção de que "o econômico" não é um campo separado (ou autônomo) sujeito à governança mecânica por leis invariantes, nem é redutível ao capitalismo ou ao mercado, mas sim uma esfera culturalmente incorporada, politicamente contestada, institucionalmente mediada e geograficamente diversificada, coproduzida a partir de uma série de relações

sociais e ambientais; em terceiro lugar, há uma preferência pela exploração fundamentada e empírica da realidade, de economias baseadas em pessoas, geralmente identificadas com lugares nomeados e situados; em quarto lugar, há um compromisso com a pesquisa engajada, prática e concreta, combinada com um ceticismo permanente em relação à modelagem parcimoniosa, ao individualismo metodológico e à teorização do equilíbrio; e, em quinto lugar, há o reconhecimento construtivo de uma cultura teórica pluralista e policêntrica, exposta e engajada a uma ampla gama de influências e conversas interdisciplinares (Peck, 2012; Scott, 2000). Evidentemente, há exceções a cada uma dessas regras gerais, principalmente porque esse é um campo que prospera com o reconhecimento disruptivo de casos e indicadores contrários, com a geração de diferenças produtivas e com a execução em série de "viradas". Mas se as características anteriores se aproximam de algumas das dimensões de continuidade e semelhança no campo, o que se pode dizer sobre as correntes mais amplas de mudança?

A resposta para essa pergunta exige algumas generalizações bastante heroicas (ou imprudentes), mas, para fins heurísticos, é possível fazer uma distinção entre uma fase, iniciada no começo da década de 1980, quando um grupo formado por (neo) marxistas se uniu para definir uma fronteira para pesquisas emergentes e um centro de gravidade alternativo para o campo, que para os propósitos atuais pode ser chamado de "geografia econômica 1.0". Esse episódio foi marcado por uma clara priorização politizada do socioespacial, da sistematização e da estrutura, com foco em questões como desindustrialização, mudanças nas divisões espaciais do trabalho, geografias históricas referentes à transformação regulatória e os imperativos da reestruturação capitalista (e.g., Bluestone & Harrison, 1982; Harvey, 1982; Lipietz, 1987; Massey, 1984; Storper & Walker, 1989). Em meados da década de 1990, essa orientação centrípeta foi complementada, e até certo ponto suplantada e substituída, por uma orientação muito mais centrífuga, impulsionada por uma série de correntes deliberadamente mais ecléticas, descentralizadas e heterodoxas, e possivelmente diferente o suficiente para merecer o rótulo de "geografia econômica 2.0". Embora esteja longe de ser um repúdio total ao momento político-econômico anterior (muitos dos compromissos, reflexos e orientações permanecem em graus variados), a geografia econômica 2.0 foi movida pelo pós-estruturalismo, pelo feminismo e por uma infinidade de abordagens evolucionárias, sociológicas e institucionalistas. Cada vez mais pluralista e heterogêneo, o campo se tornou progressivamente mais engajado com o

nodal, com o próximo e com a rede, gerando uma gama variada de conceitos e estruturas, dos grupos de inovação às redes globais de produção e das cidades criativas às economias comunitárias (e.g., Boschma & Martin, 2010; Coe & Yeung, 2015; Florida, 2002; Gibson-Graham, 1996; Thrift, 2005). Mais uma vez, a diversidade tem sido uma característica desses dois momentos, embora seja bem mais acentuada no segundo do que no primeiro. Em vez de paradigmas concorrentes ou projetos rigorosamente separados, é possível que sejam bem compreendidos como facetas diferentes de uma trajetória evolutiva e ramificada, misturando algum grau de continuidade dependente de um caminho com críticas acumuladas, desvios e contracorrentes que alteram esse percurso.

Enquanto a economia política foi a tendência dominante na primeira dessas fases (embora nunca de forma exaustiva ou singular), ela é apenas uma das correntes da segunda, ainda que ampla e significativa, já que a subdisciplina interdisciplinar da geografia econômica se tornou muito mais expansiva, aventureira e policêntrica em suas afiliações teóricas, em suas escolhas metodológicas e em seus importantes objetos de análise. Essas orientações mutáveis se refletiram no campo da geografia econômica, sendo recorrentes (talvez até dominantes?) Metáforas: os representantes da geografia econômica 1.0 tinham o hábito de invocar imaginários geológicos, como camadas de investimento e paisagens de produção, culturas de produção historicamente sedimentadas e territorialmente fundamentadas e rupturas sísmicas entre regimes de acumulação e ordens regulatórias; na era da geografia econômica 2.0, uma série de metáforas ecológicas mais fluidas ganhou destaque, incluindo as de variegação, hibridismo, relações em forma de teia e conexões sinuosas, sem mencionar a propagação e o cultivo de economias alternativas. Houve também uma espécie de realinhamento óptico. A geografia econômica 1.0, em geral, mantinha um olho no horizonte, examinando o terreno em busca de evidências de movimentos tectônicos e rastreando as forças macroscópicas e as formações de nível meso, ou entre as pressões estruturais e os efeitos locais. Já o olhar da geografia econômica 2.0 é caracterizado pela proximidade, se não intimidade, e o foco analítico tende a priorizar os espaços entre o micro e o meso. Há um olhar muito mais aguçado para as expressões de agência e subjetividade; uma preferência por leituras mais granulares de comportamentos corporativos, culturas de emprego e experimentos institucionais; e uma nova propensão a seguir (e acompanhar) fluxos, redes e conexões de vários tipos.

Antes de posicionar o trabalho de Hudson nesses termos (reconhecidamente esquematizados), primeiro é necessário reeditar a advertência de que esse não foi um simples processo de sucessão gradual ou uma ruptura paradigmática: a versão 2.0 de um software subdisciplinar que pode fazer coisas novas de maneiras inovadoras, mas também reproduz e recalibra parte da arquitetura básica e das rotinas incorporadas da versão 1.0. É nesse contexto, de fato, que o artigo de Hudson destaca a necessidade de algum trabalho de reprogramação, ao mesmo tempo em que defende novos aplicativos. A premissa do estudo é que as placas tectônicas da economia globalizada, para lembrar uma metáfora que ressoa na geografia econômica 1.0, têm se movido de forma bastante profunda nos últimos tempos, cujas diversas manifestações incluem o realinhamento estrutural dos capitalismos (pós)nacionais, o surgimento de novas divisões internacionais do trabalho (nNIDLs), os efeitos de integração e desintegração das inovações nas tecnologias de informação e comunicação e a reorganização do poder estatal e corporativo em escalas muito além das locais. Nesse último aspecto, Hudson inclina o bastão (para trás) em direção às geografias macroeconômicas de mudança estrutural, cujos territórios em escala nacional e continental não desapareceram de vista na geografia econômica 2.0, mas que, em graus variados, recuaram do primeiro plano para um fundo mais desfocado, já que um foco mais nítido foi colocado no próximo, em rede e no nodal. Se um quarto "n"² puder ser acrescentado a essa lista de preocupações contemporâneas - o neoliberalismo -, fica claro que não bastará simplesmente tirar a poeira de uma versão não reconstruída da teoria do desenvolvimento combinado e desigual (veja também Dunford, 2016). A abordagem de Hudson a essas questões envolve a recuperação de algumas das rotinas analíticas da geografia econômica 1.0, juntamente com uma problematização da (macro)economia política da neoliberalização. Trata-se apenas de um primeiro passo, já que as expressões de neoliberalização realmente existentes têm sido associadas a mudanças transformadoras nas regras, rubricas e registros do próprio desenvolvimento desigual (Brenner, Peck e Theodore, 2010), e não apenas um rearranjo espacial de padrões e estruturas herdados. A sugestão de um nNIDL, nesse contexto, é uma provocação útil.

Sob a forma de uma resposta preliminar a algumas dessas perguntas, o restante do artigo expande dois temas incorporados na ampla perspectiva de Hudson (2016):

²N/T: em inglês as 3 características anteriormente listadas começam com a letra 'n': *Near, networked, nodal*

primeiro, ele pergunta o que deve ser feito em relação aos modelos e às modalidades de capitalismo em ascensão (e em queda), uma vez que, na recente configuração das conversas subdisciplinares, eles tenderam a ficar em segundo plano; e, depois, ele questiona como os geógrafos econômicos podem começar a reformular a problemática ostensivamente (ou, talvez, outrora) fundamental do desenvolvimento espacial desigual, uma vez que essa questão também deixou de ser frontal e passou a ser algo mais parecido com uma (pré)condição contextual ou de sensibilidade ambiental. Afinal de contas, uma coisa é colocar essas questões de macro escala e estruturalmente inflexionadas de volta à mesa dos geógrafos econômicos; outra bem diferente é redirecionar as estruturas conceituais e as rotinas metodológicas que as acompanham, sob a luz do que se aprendeu desde então sobre a natureza densamente conectada em rede, terraformada [terraforming³] e variada do capitalismo globalizado. Não basta voltar à ótica da geografia econômica 1.0; é preciso ter uma visão bifocal, reconhecendo o que se ganha (e o que se perde) com o ajuste entre diferentes tipos de profundidade focal e entre diferentes campos ontológicos.

Capitalismos em ascensão (e em queda)

A rápida ascensão (e as fortunas atuais definitivamente mistas) dos BRICs originais (Brasil, Rússia, Índia e China) é uma ilustração adequada de uma das alegações centrais de Hudson: que a constância da reestruturação capitalista e da instabilidade organizacional como condição generalizada encontra expressão em uma gama igualmente inconstante de tendências e resultados geográficos. Nascido como uma taxonomia do mercado de investimentos em 2001, mas logo assumindo o caráter de um agrupamento geopolítico frouxo e oportunista - um sinal dos tempos de financeirização, se é que já houve um - o apelido BRICs logo se tornou o sinônimo de um grupo de "economias emergentes" com crescimento expressivo. Ecoando alguns dos comentários que enquadraram a ascensão dos países recém-industrializados (NPIs⁴) durante a crise prolongada do fordismo (que transmitiu um simbolismo duplo de NPIs como ameaça offshore e NPIs como caminho

³ N/T: Terraformar de um planeta, lua ou outro corpo é o processo teórico de modificar deliberadamente sua atmosfera, temperatura, topografia de superfície ou ecologia para ser semelhante à biosfera Terra para torná-la habitável pela vida terrestre. O termo foi cunhado por Jack Williamson em uma história de ficção científica publicada em 1942 em *Astounding Science Fiction*.

⁴ N/T: NPI: Novos Países Industrializados. Em inglês, a sigla NIC significa *newly industrialized country*.

futuro), os BRICs foram inicialmente celebrados como incubadoras de novos modelos e modalidades de desenvolvimento, cuja eficácia foi confirmada (de forma perfeitamente circular) pela presença de taxas de crescimento relativamente altas. Esse é outro lembrete de que os períodos prolongados de instabilidade macroeconômica e crise estrutural são invariavelmente marcados por condições de experimentação agravada na esfera institucional e produtiva, incluindo esforços redobrados para localizar (e ungrir) novos paradigmas de crescimento e correções institucionais, e para articular imaginários futuros remodelados do capitalismo (Beckert, 2016; Lipietz, 1987; Peck & Tickell, 1994).

A circulação desses modelos imaginários de crescimento e desenvolvimento econômico, muitos dos quais viajam com significados geográficos, pode ser vivenciada em tempo real como visões convincentes (se não imperativas), como sinais fatídicos de uma nova era ou de um programa redentor, mas, em retrospecto, muitas vezes parece ter sido inconstante, contingente ou simplesmente fantasiosa. É importante lembrar que não faz muito tempo quando as ameaças competitivas enfrentadas pelas economias da América do Norte e da Europa Ocidental estavam sendo classificadas como "japonização", que a Terceira Itália estava sendo apresentada como o modelo para uma "segunda divisão industrial" e que a exuberância da nova economia nos Estados Unidos estava sendo retratada não apenas como primorosamente racional, mas também como o prenúncio de uma economia pós-cíclica (Berger, 2013; Florida e Kenney, 1990; Peck, 2002; Piore e Sabel, 1984). Na verdade, assim que a formulação dos BRICs entrou em circulação geral (posteriormente com um S maiúsculo, depois que a África do Sul [South Africa] foi adicionada à lista), a durabilidade política, social, ambiental e econômica do suposto modelo foi questionada. Se houvesse uma lógica ou qualquer racionalidade singular em ação, ela não teria assumido a forma de um modo de desenvolvimento intensivo em carbono e agressivamente extrativista, fortemente dependente de mercados de exportação e cadeias de valor controladas externamente, acompanhado, em cada um de seus ambientes domésticos, pela inflação de bolhas especulativas, taxas de desigualdade em espiral e fortes correntes subterrâneas de agitação trabalhista e disfunção política? Além disso, as taxas de crescimento econômico também logo diminuiriam, especialmente após a crise financeira global de 2008. Questionando a viabilidade político-econômica dessas formulações, Immanuel Wallerstein observou que "a crise estrutural do sistema mundial está se movendo rápido demais, e de maneiras incertas em demasia, para pressupor estabilidade relativa

suficiente para permitir que os BRICS desempenhem um papel especial, seja geopolítica ou economicamente", sugerindo que os BRICS "podem acabar sendo um fenômeno passageiro" (Wallerstein, 2015, p. 273).

Os BRICS em si, é claro, são tudo menos um grupo político e economicamente homogêneo, já que cada um deles exibe diferentes modos de articulação com a economia globalizada (em oposição à simples inserção nela), enquanto cada um também ocupa uma posição geopolítica distinta, com capacidades variadas de (para não dizer interesse e apetite por) "editar", incrementar ou fazer empréstimos seletivos a partir do repertório de políticas neoliberais ortodoxas (Katz, 2015; Robinson, 2015). Por sua vez, Wallerstein (2015, p. 270) avalia que não há mais do que uma dúzia de Estados-Nação no sistema mundial multipolar de hoje que são "fortes o suficiente para seguir políticas relativamente autônomas", um número que é suficientemente pequeno para que a maioria esmagadora dos Estados-Nação tenha que definir suas agendas políticas à sombra de restrições e pressões externas, mas, por outro lado, suficientemente grandes para que nem mesmo as potências dominantes possam esperar operar unilateralmente. O resultado é um padrão instável de alianças oscilantes, ajustes competitivos e coercitivos e manobras multilaterais, sendo as reverberações prolongadas do referendo do Brexit apenas o caso mais recente. E, embora a matriz global resultante ainda possa ser descrita como hegemonicamente neoliberal, raramente se trata do neoliberalismo de princípios políticos elevados, mas sim de uma forma quase coercitiva da regra de mercado (um tanto improvisada e experimentalmente adaptável) de acordo com o menor denominador pragmático. Conseqüentemente, o sistema global se assemelha não tanto a uma monocultura neoliberal, mas a uma colcha de retalhos interligada de híbridos neoliberalizados de forma variável (sendo o neoliberalismo puro uma impossibilidade, tanto dentro quanto entre as formações sociais; a coexistência contraditória e complexa do neoliberalismo e de outros modos de organização da vida socioeconômica é a norma desconcertante).

As concepções simplesmente territoriais sobre o neoliberalismo não serão suficientes aqui, ainda que suas alternativas envolvam, comumente, muita semântica teoricamente correta. Hudson (2016, p. 4) se refere aos "centros neoliberais do Reino Unido e dos EUA"; mas, por outro lado, ao lembrar as reflexões de Doreen Massey sobre a mudança na forma do capitalismo financeirizado após o crash de Wall Street, é muito convencional reconhecer que "a China e a Rússia estão fazendo coisas diferentes, [que] ainda

podem ser capitalismo, mas não são simplesmente um capitalismo neoliberal" (Hall e Massey, 2010, p. 70). Exceto em um sentido coloquial, em nenhum lugar existe realmente uma forma "simples" de capitalismo neoliberal, embora seja problemático sugerir que ele possa ser encontrado em alguma forma "mais pura" nos países centrais, contra a qual sistemas nominalmente não neoliberais possam ser contrastados. Se os processos de neoliberalização operam em tais formações sociais e geograficamente delimitadas (Brenner et al., 2010; Peck, 2013a) então, eles não podem ser capturados de forma clara no interior de alguns e no exterior de outros. Portanto, a teorização do neoliberalismo (assim como do capitalismo chinês, britânico ou russo) deve reconhecer que o próprio desenvolvimento desigual é parte integrante da "unidade complexa" (para usar a frase de Stuart Hall) que é o capitalismo neoliberal globalizado. Atualmente, as concepções meramente revisionistas sobre desenvolvimento desigual não parecem ser suficientes para essa tarefa, que não pode ser uma questão de reificar as concepções de neoliberalização do centro/ interior [heartland/hinterland] mas em vez disso, deve seguir o caminho desafiador de rastrear a diferença na conexão. Neste contexto, há uma combinação de patchwork e palimpsesto, dinâmicas territoriais e de terraformação, em que as conjunturas de desenvolvimentos emergentes apresentam um "fortalecimento" acentuado de modalidades marcadamente iliberais do estado neoliberal, que incluem a governança autoritária, a tecnocracia pós-democrática e a austeridade sistêmica, embora não sejam claramente uníssonas ou uniformes. As rubricas de variação, em vez de variedade, parecem ser mais adequadas para essa tarefa. A ortodoxia das variedades do capitalismo (VoC), mesmo que mantenha o status de paradigma vigente na economia política comparativa, não está especialmente bem equipada para captar a dinâmica ou os condutores em um campo significativamente instável dessa reestruturação capitalista entrelaçada, interligada e interativa, bem como da reordenação geopolítica e da transformação regulatória. Embora tenha sido reduzida a um relato estilizado de desenvolvimento polarizado (dividido entre a economia de mercado liberal, modelada nos Estados Unidos, e uma versão alemã ou japonesa de capitalismo "coordenado"), a ontologia subjacente da abordagem VoC é derivada de uma seleção limitada de "instantâneos" da discrepância institucional (Howell, Culpepper e Rueda, 2015; Peck & Theodore, 2007) cuja base é a de trajetórias comuns e processos transversais que são facilmente mal interpretados, subestimados ou colocados entre parênteses, graças à

confiança em taxonomias nacionais bastante estáticas e a uma preocupação restritiva com métodos de coordenação de mercado. Em contrapartida, Howell et al. (2015) acrescentam:

Os críticos [da abordagem VoC] tendem a pensar em um capitalismo historicizado, e não em um conjunto de mercados, e a considerar que as mudanças na lógica interna e nos modelos de crescimento do capitalismo impulsionam as mudanças institucionais [e não o contrário]. O capitalismo é fundamentalmente indisciplinado, sujeito a reinvenção perpétua e, portanto, perturbador da estabilidade institucional. [Isso ressalta] a importância do trabalho que examina as mudanças nos modelos de crescimento do capitalismo contemporâneo (p. 401).

Hudson (2016, p. 3) observa que o nó em torno de questões relativas a como classificar a configuração transnacional sempre em movimento do capitalismo global (financeirizado e neoliberalizado), incluindo avaliações de quais economias (nacionais) estão subindo ou caindo, ou fazendo algo completamente diferente, sem mencionar por quanto tempo o padrão atual se manterá, é, em última análise, "uma questão de conjectura e história futura", mesmo que, por uma série de razões práticas e políticas, essas questões sejam quase inevitáveis. No entanto, ele está bastante convencido de que a configuração atual (por enquanto capturada pelo rótulo provisório nNIDL) difere em aspectos não triviais do padrão antigo que já foi considerado "novo" (o NIDL), e não apenas porque são padrões contraditórios e em desenvolvimento observados em tempo real, que muitas vezes, parecem ser mais complexos e até mais caóticos do que aqueles reconstruídos com o benefício do espelho retrovisor da análise histórica.

Em um sentido banal, não há dúvida de que o futuro será diferente do passado, mas a possibilidade de ele ser mais complexo depende inteiramente de uma definição de complexidade. Alguns argumentarão que a "complexidade econômica" (em parte uma questão de formas cada vez mais intensas e intrincadas de integração transnacional) tem de fato aumentado, postulando que, para países como o Japão (ainda), a Alemanha e a Suécia, isso tem sido uma causa e não uma consequência da prosperidade sustentada e da resiliência institucional (Hausmann et al., 2013). A multipolaridade também parece ser uma característica real, e não imaginada, do capitalismo contemporâneo. Por exemplo, a Tabela 1 resume algumas das conclusões de uma análise abrangente do agrupamento de sistemas empresariais nacionais conduzida por Michael Witt e colegas do INSEAD. Por meio de uma leitura macro dos dados, indutiva e exaustiva e de opiniões de especialistas, surgem nada menos do que 10 modelos distintos para o capitalismo contemporâneo, variando de modelos (como o Japão) que parecem ser objetivamente *sui generis* até um grupo de economias

emergentes supostamente caóticas, não contíguo e aparentemente não agrupado, que envolve não somente os quatro BRICs originais, mas também o Cazaquistão, a Argentina, o México e o Vietnã (Witt et al., 2015).

Diferentemente dos anseios da literatura predominante de VoC no sentido de refinar categorias taxonômicas cada vez mais esparsas e estilizadas, validando uma distinção, em última análise, grosseira entre o capitalismo de mercado livre e o seu oposto, o objetivo mais modesto e exploratório do estudo do INSEAD é animar (se não agravar gentilmente) conversas mais imaginativas e abrangentes sobre a forma e o significado da diferença geoeconômica revelada em escala transnacional. Acenando para a ortodoxia da VoC, Witt e seus colegas reconhecem a presença do que se parece muito com a representação clássica de economias de mercado "coordenadas" e "liberais", embora em um subconjunto menor de capitalismos pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dito isso, uma impressão marcante desse exercício de mapeamento indutivo não é apenas a de uma "variedade" muito mais abrangente entre os capitalismos existentes, mas também a presença de um arquipélago nada pequeno e homogêneo de capitalismos "emergentes".

A partir das categorias conceituais apresentadas, formulações alternativas são aqui improvisadas com pouca pretensão de relevância explicativa ou plausibilidade teórica, variando da categoria do caso único denominado como "economia colaborativa" (no caso do Japão que, segundo essas avaliações, é simplesmente diferente em demasia para ser agrupado com qualquer um de seus vizinhos, próximos ou distantes) até às "economias urbanas avançadas" de Cingapura e Hong Kong, e as pejorativamente denominadas "economias socialistas anacrônicas" de Cuba e Venezuela, bem como outras categorias mais ou menos abrangentes. Provavelmente, a maioria dos geógrafos econômicos seria muito cética em relação a esse tipo de análise, talvez com alguma justificativa.

Tabela 1. Capitalismos em proliferação?

Grupos	Países	Comentários
Economias urbanas avançadas	Hong Kong, Cingapura	"Economias centrais" dependentes do comércio; as duas únicas economias metropolitanas suficientemente grandes para serem incluídas na amostra global.
Economias árabes baseadas no petróleo	Kuwait, Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos	A "característica central" dessas economias é a dependência compartilhada da produção e exportação do petróleo
Economias emergentes avançadas (1)	Chile, Coreia do Sul, Taiwan, Turquia	Um grupo "geograficamente heterogêneo com níveis relativamente altos de produto interno bruto (PIB); Coreia do Sul e Taiwan estão intimamente ligados como resultado dos legados do estado desenvolvimentista, enquanto a relação aparentemente próxima entre o curioso dueto Chile e Turquia "desafia interpretações prontas".
Economias emergentes avançadas (2)	Israel, África do Sul	As razões para esse emparelhamento, com base em semelhanças reveladas nas estruturas institucionais, não são "claras", o que requer estudos adicionais
Economias socialistas anacrônicas	Cuba, Venezuela	Consideradas "economias socialistas à moda antiga" com estruturas estatais predatórias e fraca proteção ao investidor.

Grupos	Países	Comentários
Economias Colaborativas	Japão	"Intimamente relacionado" às Economias Coordenadas de Mercado CMEs, com base em "diferenças institucionais relativamente pequenas"; mas na análise, o Japão foi destacado em uma categoria própria
Economias coordenadas de mercado (CMEs)	Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça	"Idêntico" ao de Hall e Soskice (2001) para a definição de CMEs, com exceção do Japão; embora haja uma separação intragrupo entre a maioria das CMEs "clássicas" e outras três CMEs com um toque diferente (Dinamarca, Noruega e Suíça).
Economias Emergentes	Algeria, Argentina, Bangladesh, Brasil, China, Colômbia, Egito, Índia, Indonésia, Cazaquistão, Malásia, México, Marrocos, Nigéria, Paquistão, Peru, Filipinas, Rússia, Tailândia, Ucrânia, Vietnã	O maior e mais heterogêneo dos grupos; alguns subgrupos parecem se basear na "proximidade geográfica", mas a possibilidade de "erro de medição" é reconhecida, uma vez que esses casos são bem menos documentados
Economia de mercado liberal (LMEs)	Australia, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos	"Idêntico" à definição de Hall e Soskice(2001) para LMEs, com alguma variação intragrupo (a Irlanda é um ponto fora da curva)
Economias do sul e do centro da Europa	República Tcheca, França, Grécia, Hungria, Itália, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Espanha	Há uma divisão intragrupo entre casos da Europa Central e do Sul, embora "importantes paralelos institucionais" conectem o grupo.

Fonte: Derivado de Witt et al. (2015).

Essas categorias "jumbo", internamente heterogêneas, têm pouquíssimo valor em um campo que tende a considerar as formulações em escala regional ou em rede mais plausíveis, e quando se fala em padrões nacionais ou transnacionais, muitas vezes, é considerado um pouco duvidoso, sendo a desagregação retratada como um curso analítico

(meso) mais prudente. Afinal de contas, analisar as diferenças econômicas e decompor categorias inchadas é o que os geógrafos econômicos (agora) costumam fazer.

Mas será que essas orientações desenvolvidas - que favorecem a desconstrução ou o distanciamento das macro categorias conhecidas - resultam na elaboração de categorias alternativas de macro escala, em um imaginário diferente, mais do que local, ou em um estado de ambivalência sem compromisso? Ao sugerir esta última hipótese, não pretendo, de forma alguma, desmerecer as conquistas da geografia econômica 2.0 e suas interpretações aguçadas acerca dos aspectos de proximidade, do nodal e da rede, mas sim fazer uma obstinada pergunta: o quê - conceitualmente falando - ocupa o espaço (ou a escala) da (geografia) macro? Em outras palavras, como e com qual equipamento interpretativo os geógrafos econômicos se deslocam no "terreno do internacional" (Makki, 2015, p. 474)? Uma resposta superficial poderia ser que esse é o trabalho que o livro *A mudança Global* de Peter Dicken (Dicken, 2015) tem feito em nome do campo há três décadas, mas o fato é que isso pode ser parcialmente verdadeiro e também um argumento sobre a relativa escassez de contribuições geográficas econômicas com esse tipo de escala e escopo. Distanciando-se das reivindicações excitantes dos hiperglobalistas, mas também desconfiados em relação às tipologias amplas da literatura de VoC, os geógrafos econômicos tornaram-se céticos em relação a grandes categorias e conceitos abrangentes (Peck e Theodore, 2007). Há mais de uma década, o próprio Dicken (2004) sugeriu que os geógrafos econômicos tinham "perdido o barco" no debate sobre a globalização, e que isso não era um descuido isolado, mas algo que se aproximava de uma condição estrutural ou "síndrome". De forma semelhante, pode-se dizer também que o campo, com suas atenções amplamente voltadas para outros contextos, não tem dado atenção suficiente a uma verdadeira armada de capitalismos emergentes.

Se os vocabulários estabelecidos da (e para a) geografia macroeconômica estivessem prontamente disponíveis e em ampla circulação, dificilmente teria sido necessário que Hudson conjurasse a linguagem manifestamente provisória do nNDIL ou, por falar nisso, tomasse emprestada (embora para fins críticos) a nomenclatura do BRICS. A situação comparativamente negligenciada dessa linguagem teórica na geografia econômica (que, em alguns aspectos, vem caindo em desuso desde o momento regulacionista de mais de duas décadas atrás) certamente não pode ser atribuída a uma única causa. Ironicamente, há razões para acreditar que fatores macropolíticos podem ter desempenhado

um papel importante, principalmente na forma dos efeitos difusos e de longa duração da neoliberalização na prática da pesquisa e nas prioridades da formulação de políticas (Hadjimichalis e Hudson, 2013; Werner, Bair e Fernández, 2014). O aumento das preocupações no modelo 2.0 com as bases (institucionais) da competitividade local, com estilos de vida e subjetividades empresariais e com as capacidades de redes corporativas distantes certamente não foi, nesse sentido, desenvolvido em um vácuo.

Desenvolvimento desigual em teoria

Hudson observa corretamente que o surgimento das potências emergentes é "uma faceta da mais recente expressão do desenvolvimento combinado e desigual em escala global" (Hudson, 2016, p. 3). Embora inegavelmente necessária, a afirmação não deve ser suficiente por si só, pois não é uma resposta à questão mais ampla de como abordar a omissão macroanalítica mencionada acima. Na verdade, a questão (e o status) do desenvolvimento geográfico desigual é outro indicador e sintoma da mudança nas marés da geografia econômica. Uma das preocupações que definiram a geografia econômica 1.0 foi a problematização epistemológica do desenvolvimento desigual como um domínio explicativo ativo, com conceitos como a divisão espacial do trabalho fornecendo uma estrutura para pensar de forma relacional sobre o desenvolvimento econômico (local), para questionar as regras do jogo nas lutas pela (des) vantagem regional e para entender a constituição mútua do local e do particular com o geral e o global (Hudson, 2001, 2007; Massey, 1984). Desde então, esses axiomas se tornaram muito arraigados, se não fundamentais, na geografia econômica contemporânea, embora em um campo (agora) menos inclinado a reivindicações e disposições fundamentais. Mais do que um fato empírico da vida ou um significante fraco de diferenciação geográfica, o desenvolvimento desigual é considerado um índice de relações assimétricas e exploratórias entre classes, empresas e países, que, por sua vez, são reconhecidas como características endêmicas de uma economia capitalista sempre em desequilíbrio e propensa a crises (Peck, no prelo). Expressa nesses termos (gerais), esse tipo de visão sobre o desenvolvimento desigual não é controversa. Ela continua sendo uma

referência na visão de mundo (vagamente) compartilhada pela geografia econômica, é um Weltanschauung⁵ (Sheppard, no prelo).

Entretanto, na geografia econômica 2.0 é menos provável que os termos e o campo do desenvolvimento geográfico desigual sejam problematizados de maneira explícita, já que o olhar analítico normativo se tornou mais focado, com objetos de estudo em escala regional sendo encontrados (em vez de sistematicamente posicionados) dentro das dobras de uma economia desigualmente desenvolvida, ou linhas de conexão em rede rastreando seletivamente as regiões "incluídas". Na prática, embora nem sempre em princípio, a ótica nodal e de redes, embora baseada em um mosaico desigualmente integrado de regiões, em virtude de suas prioridades analíticas e empíricas, tende a reduzir o desenvolvimento desigual ao status de pressuposto ontológico ou condição contextual. (Nas formulações de participante-rede, isso pode ser uma manobra deliberada; talvez, com mais frequência, seja uma questão prática de atenção metodológica e ênfase explicativa). Consequentemente, em vez de ser um objeto de análise crítico por si só, o desenvolvimento geográfico desigual geralmente fica em segundo plano, ao mesmo tempo em que estabelece as condições de existência metodológica para grande parte da análise da proximidade, do nodal e da rede na geografia econômica. Uma das fontes de vantagem comparativa desse trabalho tem sido sua capacidade comprovada de documentar (e explicar) a incorporação contextual e a diversidade espacial dos sistemas econômicos, mundos e vidas em registros como dinâmicas de aglomeração e configurações de rede, clusters produtivos e cadeias de valor; ele tem tido menos a dizer sobre o contexto (mais amplo) desses contextos (mais próximos) (cf. Brenner et al., 2010), por exemplo, por meio da análise de capitalismo concorrentes e complementares, ou do macro padrão de regimes comerciais, paradigmas competitivos ou ordens institucionais.

Em um mundo essencialmente heterodoxo da geografia econômica contemporânea, é possível que existam poucos "negacionistas" do desenvolvimento desigual (Hudson, 2016; Sheppard, no prelo), embora seja importante não ignorar aqueles de tendência mais ortodoxa, em sua maioria fora do campo, que consideram o desenvolvimento desigual como um fenômeno transitório ou trivial, a caminho de um mundo mais plano de equalização competitiva. Outros, como o próprio Hudson e a escola de economistas político-

⁵**N/T:** do ponto de vista filosófico, o termo significa um conjunto ordenado de valores, impressões, sentimentos e concepções de natureza intuitiva, anteriores à reflexão, a respeito da época ou do mundo em que se vive; cosmovisão, mundividência.

geográficos, tendem a aceitar a visão de que o desenvolvimento desigual é mais do que um fenômeno empírico, mas um aspecto determinante e endêmico da formação social contraditória e sempre mutante que é o capitalismo. Além disso, eles são adequadamente céticos em relação ao desenvolvimentismo sequencialista (com seu modelo de estágio de progresso, subindo os degraus de uma escada Rostoviana) e ao institucionalismo estático (baseado em formas pacíficas de competição entre regimes nacionais territorialmente delimitados); ao invés disso, eles se inclinam para uma compreensão do capitalismo como um sistema instável, contraditório, multiescalar e heterogêneo e polimórfico, um sistema que é constituído não só de contingências, mas também de uma série de "outros" não-capitalistas e extra-capitalistas, o que faz com que o desenvolvimento desigual não seja simplesmente herdado, mas sim continuamente reproduzido em formatos historicamente distintos (Gidwani&Wainwright, 2014; Peck & Theodore, 2007; Sanyal, 2007; Werner, 2016a). Como um conceito profundamente relacional, o desenvolvimento desigual implica muito mais do que simplesmente observar a diferença espacial, mais até do que traçar conexões em um terreno geograficamente variado; ele pressupõe uma lógica constitutiva de articulação, que efetivamente exclui a convergência, o equilíbrio ou até mesmo a repetição de padrões passados:

Esse conceito de desenvolvimento social sugerido não é uma concepção de mera pluralização, na qual múltiplas formas de desenvolvimento agora proliferam, ao passo que antes existia apenas uma. Não é que a "lógica do capital" opere de forma diferente de um lugar para outro, mas ela mesma está configurada de forma diferente, com efeitos distintos e correlatos, em toda a multiplicidade sociopolítica desigual no mundo. A ideia de desenvolvimento desigual e combinado sugere uma concepção relacional e diferenciada do desenvolvimento capitalista. Em vez de abstrair as especificidades históricas [e geográficas], as coloca em foco de modo cada vez mais nítido. Como procedimento explicativo, isso requer um movimento de ida e volta da análise de época em direção a uma maior historicidade e à fundamentação de padrões variados de mudança social na constelação intersocial de relações de poder. Essa é uma abordagem contrária às fórmulas esquemáticas que podem ser aplicadas mecanicamente em qualquer lugar contra realidades históricas recalcitrantes ou transformadas em abstrações fetichizadas que substituem a simplicidade de uma ideia pela complexidade do mundo (Makki, 2015, p. 491).

"Acreditar" no desenvolvimento desigual pode parecer, à primeira vista, uma proposta bastante intrincada, se não um empecilho prático. Como David Harvey (Harvey, 2004, p. 545) observou certa vez, ela costuma ter um "efeito perturbador" nos esforços de construção de teorias. Entretanto, em outros aspectos, o reconhecimento do desenvolvimento desigual pode fornecer uma espécie de "passe" explicativo ou uma advertência de disfarce.

Não é preciso dizer que todo relato explicativo é parcial e provisório, mas o "simples" emprego do desenvolvimento desigual, sem critérios metodológicos explícitos, pode ter efeitos de contenção ou confusão. Dito isso, os fatos sobre a base da diferença geográfica fornecem objetos de estudo sempre em movimento e em constante mudança para os geógrafos econômicos, cuja convicção compartilhada de que a organização da vida econômica não somente pode ser, mas também é organizada de outra forma e em outros lugares, é tanto uma verdade confiável quanto a fonte de um compromisso aberto e produtivo. O desenvolvimento desigual é, de certa forma, uma condição de existência para um projeto vibrante da geografia econômica. No entanto, o trabalho (de base?) de teorizar explicitamente o desenvolvimento desigual ocorreu durante a época da geografia econômica 1.0, nos anos 1980 (Harvey, 1982; Massey, 1984; Smith, 1984; Storper e Walker, 1989), depois da qual sua invocação tendeu a ser implícita, oblíqua ou um entendimento padrão sem palavras.² É possível que a geografia econômica contemporânea encontre a maior parte de suas questões em meio à agitação da reestruturação capitalista, mas há muito menos atenção sendo dada à dinâmica estrutural dessa transformação. Se há motivos para a afirmação de que o desenvolvimento desigual se tornou, na época da geografia econômica 2.0, um artigo de fé um tanto tácito, em grande parte herdado da própria versão do antigo testamento do campo (NIDL, divisões espaciais do trabalho, metáforas de pêndulos e assim por diante), sendo observado ocasionalmente em brechas, em vez de ser um domínio ativo de construção de teorias e contestação intelectual, como fica a (in)oportuna provocação de Hudson?

Há uma conclusão, que é a preferida neste caso, segundo a qual o desenvolvimento espacial desigual, que tem sido um estado mutuamente validado pela adesão relativamente passiva ao "fato" econômico-geográfico básico, não é mais suficiente, e que o campo deve reivindicar essa terra movediça, mas dificilmente sem lei, como um local ativo de investigação, questionamento e teorização. Esse projeto de reivindicação pode envolver uma reavaliação da própria história da geografia econômica, não como um exercício nostálgico subdisciplinar ou revisionismo da velha guarda, mas como um meio de diagnosticar o nexos histórico das circunstâncias sociais, políticas e intelectuais que levaram à problematização anterior do desenvolvimento geográfico desigual. Nas décadas de 1970 e 1980, havia uma sensação palpável de que a essência do capitalismo estava mudando; que as regras herdadas do sistema mundial de meados do século XX, principalmente no que se

referia ao que era entendido como "capitalismo avançado" e "desenvolvimento do Terceiro Mundo", estavam sendo renegociadas e reordenadas; e que a desindustrialização seletiva de partes da Europa Ocidental e da América do Norte, juntamente com a ascensão do Japão e a rápida industrialização dos NICs, estava dando um novo (obviamente, situado) significado ao termo "fuga de capitais". Antes dos avanços teóricos da década de 1980, houve uma grande procura por estruturas e formulações alternativas, antes que se chegasse a um consenso (Massey, 1978; Walker e Storper, 1981).

Hoje, mais uma vez, parece haver uma sensação generalizada de que a essência do capitalismo está em meio a mudanças transformadoras e, de fato, estruturais, sendo que apenas alguns dos indicadores potencialmente sísmicos incluem: crises pouco gerenciáveis da financeirização (tardia); a ascensão e a reestruturação dos BRICS, com a China aparentemente ocupando um lugar especialmente importante; indicações crescentes de dissidência populista generalizada contra a liberalização contínua dos regimes de comércio e imigração; e o reconhecimento das habilidades de "infraestruturas" revolucionárias das redes de logística transnacionais e das plataformas de abastecimento global (Coe & Yeung, 2015; Dunford, 2016; Dunford et al., 2016; Peck, no prelo-a; Peck e Zhang, 2013; Sheppard, 2016). Também pode haver um sentimento compartilhado de que o conjunto de ferramentas existente de estruturas conceituais e dispositivos metodológicos não é totalmente suficiente para compreender o escopo e a profundidade dessas transformações - talvez de alguma forma análoga às pesquisas do final da década de 1970, se de fato algum projeto (também compartilhado) de reformulação e reconstrução possa estar em andamento. As complexidades elevadas e os desenvolvimentos confusos que Hudson descreve certamente têm um sopro disso. No entanto, essas circunstâncias radicalmente alteradas exigem uma renovação abrangente (e não apenas uma reinicialização) do aparato necessário para dar sentido aos processos dinâmicos de desenvolvimento desigual combinado.

Se os geógrafos econômicos quiserem recuperar, revitalizar e reimaginar as teorias do desenvolvimento desigual, de forma a lidar explicitamente com essas (e outras) circunstâncias do século XXI, estarão fazendo isso no contexto de um terreno intelectual consideravelmente transformado, com o benefício de novas gerações de interlocutores (reais e potenciais) na economia política internacional e comparativa, nos estudos críticos de desenvolvimento, na economia feminista, na sociologia econômica, na teoria pós-colonial, na antropologia econômica e nos vários (outros) ramos da economia heterodoxa. No entanto,

embora todos esses campos (que, de outra forma, seriam complementares) tenham se envolvido em debates ativos sobre globalização, imperialismo, cadeias de valor e de cuidados, neoliberalismo, financeirização, VoCs e outros, são relativamente raros os que encontraram muita utilidade, de forma explícita, no conceito de desenvolvimento combinado e desigual.³ Certamente haverá quem simpatize com a posição de Jon Elster (Elster, 1986, p. 56) que apesar de um certo apelo, esse conceito valioso e cansativo, pertence àquela "classe de noções marxistas cuja evocação é igualada apenas por sua indefinição". Além dos clichês de dinâmicas de altos e baixos ou de destruição e reconstrução, que por si só apelam para metáforas pendulares que são bastante inadequadas para os padrões historicamente cumulativos e não repetitivos, pois ao abordar o desenvolvimento (combinado e) desigual é necessário um tipo de ginástica epistemológica que muitos preferem não tentar. (Os adeptos de afirmações ousadas e modelos limpos tendem a considerar o desenvolvimento espacial desigual, até mesmo a própria diferenciação geográfica, como uma espécie de distração confusa). Para o bem ou para o mal, isso significa que a questão da teorização do desenvolvimento espacial desigual, entendida como um projeto heterodoxo e crítico, provavelmente permanecerá na esfera da geografia econômica. Será que essa é uma oportunidade de seguir novas direções?

Este não é o momento nem o lugar para tentar tal façanha programática, que claramente precisa envolver mais do que uma reinvenção da velha roda. No entanto, uma breve observação de algumas inovações analíticas emergentes no campo pode ser suficiente para enfatizar o fato de que uma teoria reativada do desenvolvimento espacial desigual não apenas serviria (ou cumpriria) um propósito subdisciplinar, mas também teria uma aparência e um funcionamento bem distintos de algumas das contribuições fundamentais da década de 1980. Cinco breves observações serão suficientes. Em primeiro lugar, o desenvolvimento espacial desigual pode ser visto como uma articulação explicativa entre a "reprodução iterativa do capitalismo colonial e as hierarquias da diferença social" (Werner, 2016a, p. 186), uma forma de conectar dialeticamente a (re)produção dos próprios lugares (como "irmãos hostis" presos em modos de competição que somente poucos podem "vencer", e de forma provisória e posicional) com a (re)produção politicamente mediada e contestada de relações sociais desiguais dentro dos lugares. Nesse sentido, a consideração de domínios e conexões "macro" não se trata de um apelo estruturalista vulgar a uma escala determinada, abrangente ou separada, mas sim de uma questão de escopo e horizonte do que deve

permanecer, fundamentalmente, uma análise relacional que alcance e conecte o local e o extra local, tanto por meio de redes constitutivas quanto por meio de hierarquias de poder. A primeira geração de teorias de desenvolvimento desigual operou com pouco mais do que uma compreensão rudimentar da coprodução da diferença social "localmente". Há espaço para que essas questões sejam exploradas de novas e reveladoras maneiras em diálogo com pesquisas, dados e percepções etnográficas, por exemplo.

Em segundo lugar, a problemática do desenvolvimento espacial desigual pode oferecer uma visão alternativa das questões de diferença no (e além do) capitalismo, fora do binarismo restritivo de mercado/não mercado, capital/não capital, mercantilizado/não mercantilizado, lícito/ilícito, centro/ interior, corrente dominante/alternativa, desenvolvido/em desenvolvimento e assim por diante, estendendo-se a novos estilos de economia política pós-colonial que evitam a distinção obsoleta entre um capitalismo monolítico e um exterior ostensivamente não capitalista em favor de um reconhecimento de que "a produção capitalista gera heterogeneidade como parte integrante do que chamamos de "capitalismo"" (Gidwani & Wainwright, 2014, p. 41). Entre outras coisas, isso implica reformulação radical do componente "desenvolvimento" no âmbito do desenvolvimento desigual (Makki, 2015).

Em vez de substituir a leitura "cêntrica" (radial ou orbital) por outra, por exemplo, posicionando a China como um locus novellus, o desafio está em substituir a teorização cêntrica e prototípica por alternativas que não sejam apenas policêntricas de uma forma sem princípios, mas que tenham a responsabilidade de confrontar ativamente a situação, a posição, a localização e o contexto relacional (Dunford et al., 2016; Sheppard, 2002). Se a teorização "excêntrica" pudesse ser despojada de suas conotações negativas, talvez proporcionasse uma licença criativa para o desenvolvimento de projetos de pesquisa propositalmente reconstrutivos na geografia econômica, concebidos para ampliar e testar as categorias de análise existentes (Burawoy, 2009; Peck, 2013b).

Em quarto lugar, ecoando a formulação original do desenvolvimento combinado e desigual, o reconhecimento das modalidades interligadas do capitalismo globalizado equivale a uma ontologia espacial bastante distinta tanto das visões de um mundo único com uma ordem de mercado singular, quanto das leituras estáticas de um sistema interestral territorialmente demarcado; o que Chris Howell chamou de "qualidade terraformadora [do] capitalismo" envolve mais do que uma dinâmica inquieta de reinvenção localizada e

mudança espacial, mas a reprodução contínua da heterogeneidade geográfica com relações de constituição mútua em todo o espaço (Howell et al. , 2015, p. 401). Isso exige uma conceituação da escala global ou planetária baseada em relações recíprocas entre as partes móveis e o todo em evolução, uma concepção não totalizante que reconheça tanto o caráter constitutivo da diferença nacional e regional quanto a natureza mais do que a soma das partes das relações extra locais, propósitos para os quais os métodos de comparações relacionais e incorporadoras foram desenvolvidos (McMichael, 2000; Peck, 2015). O verdadeiro potencial das teorias de desenvolvimento desigual, a esse respeito, não é dobrar a diferença em alguma lógica singular e envolvente de reprodução sistêmica, mas reunir a diferença de uma maneira que seja constitutiva, nunca fechada, entendida como um motor de mudança transformadora com o potencial sempre de interromper, refazer e reformatar "de baixo para cima" e, portanto, exibindo padrões paramétricos enquanto retém a capacidade de rompê-los.

Em quinto e último lugar, mas não menos importante, recuperar e repensar o desenvolvimento desigual na geografia econômica, que não precisa ser hostil aos projetos em andamento de teorização orientada para a rede, nem deve ser incorporada aos primeiros. Os mundos ontológicos que as epistemologias de rede podem "ver" de forma distinta (cf. Kelly, 2013; Werner, 2016b), cujo significado histórico é incontestável e não pode ser negado, devem continuar sendo objeto de exploração investigativa com o auxílio de dispositivos metodológicos e rotinas desenvolvidos para esse fim. As estruturas epistemológicas construídas em torno da problemática do desenvolvimento desigual são produtivas de maneiras diferentes, ainda que, em princípio, complementares, privilegiando as condições de heterogeneidade constitutiva e a coexistência complexa de formações sociais e institucionais alternativas (nunca totalmente autônomas). Em vez de priorizar uma ou outra forma de ver e colocar em primeiro plano uma lógica de conectividade ou de articulação, as geografias econômicas bifocais reconheceriam a contribuição distinta de ambas, valorizando os projetos de pesquisa que trabalham com ambas e, em alguns casos, buscam inventivamente operar entre elas.

A mesma diferença?

A simples heurística das geografias econômicas 1.0 e 2.0 foi utilizada aqui não como uma forma de reforçar as diferenças entre os modos "antigos" e "novos" de

investigação, mas para enfatizar a unidade complexa do que às vezes é chamado de "projeto" da geografia econômica. Esse é um projeto tipicamente inquieto e um tanto contraditório, propenso a um certo esquecimento e, às vezes, em desacordo até com ele mesmo. As questões apresentadas por Hudson em seu artigo provocativo e sugestivo não precisam ser lidas como um chamado para uma declaração do ano zero da geografia econômica 3.0. Em vez disso, elas podem ser vistas como um estímulo para um tipo diferente de recombinação, não como uma tentativa desajeitada de "reinventar", ainda que completamente desconstruída, as preocupações da era 1.0 com o desenvolvimento desigual, as divisões espaciais do trabalho e a reestruturação do local de trabalho com estruturas de geração mais recente, como redes globais de produção; clusters de atividades e empresas; e economias diversificadas, mas para multiplicá-las. As perspectivas micro/meso, mais focadas, da geografia econômica 2.0 surgiram tanto como reação quanto como elaboração de predileções mais macroscópicas desses antecessores, mas recuperar um sentido de geografia macroeconômica claramente não pode ser uma questão de (re)imposição hierárquica de um nível abrangente e determinado, ou escala privilegiada, de análise. Não após anos de debate sobre a construção social e a relativização da escala, após novas contribuições para a teorização das subjetividades econômicas, inclusões e exclusões econômicas, depois de críticas contundentes à teorização eurocêntrica e depois de sucessivas ondas de trabalho explorando registros alternativos de diferença econômica e conectividade complexa. O desafio para um novo tipo de geografia macroeconômica, com base na renovação da problemática do desenvolvimento espacial desigual, não pode ser a teorização da diferença (local) ou sua supressão sob alguma rubrica singular, mas, em alguns aspectos, é exatamente o oposto: desenvolver novas maneiras produtivas de teorizar como e por meio da diferença.

Agradecimentos

O autor é grato a Neil Coe e Marion Werner pelas conversas e sugestões que moldaram os argumentos aqui apresentados, a Mick Dunford e Weidong Liu pelo convite para participar da palestra inaugural da revista *Area, Development and Place* e, não menos importante, a Ray Hudson por sua significativa contribuição.

Declaração de divulgação

Nenhum conflito de interesse em potencial foi relatado pelo autor.

Referências

- BECKERT, J. *Imagined futures: Fictional expectations and capitalist dynamics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016.
- BERGER, S. Toward a third industrial divide? In: OSTERMAN, P. (Ed.). *Economy in society*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013. p. 65–88.
- BLUESTONE, B.; HARRISON, B. *The deindustrialization of America*. New York: Basic Books, 1982.
- BOSCHMA, R.; MARTIN, R. (Eds.). *The handbook of evolutionary economic geography*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization: Geographies, modalities, pathways. *Global Networks*, v. 10, p. 182–222, 2010. DOI: 10.1111/j.1471-0374.2009.00277.x.
- BURAWOY, M. *The extended case method: Four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press, 2009.
- CHRISTOPHERS, B. *The great leveler: Capitalism and competition in the court of law*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016.
- COE, N. M.; YEUNG, H. W. *Global production networks: Theorizing economic development in an interconnected world*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- DICKEN, P. Geographers and “globalization”: (yet) another missed boat? *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 29, p. 5–26, 2004. DOI: 10.1111/j.0020-2754.2004.00111.x.
- DICKEN, P. *Global shift*. New York, NY: Guilford, 2015.
- DIXON, A. D. *The new geography of capitalism: Firms, finance, and society*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- DUNFORD, M. *Uneven and combined development*. Institute of Geographical Sciences and Natural Resources Research, Chinese Academy of Sciences, Beijing, 2016. (Manuscrito não publicado).
- DUNFORD, M. et al. Area development and policy: An agenda for the 21st century. *Area Development and Policy*, v. 1, p. 1–14, 2016. DOI: 10.1080/23792949.2016.1158621.
- ELSTER, J. The theory of combined and uneven development: A critique. In: ROEMER, J. (Ed.). *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 54–63.
- FLORIDA, R. *The rise of the creative class*. New York, NY: Basic Books, 2002.
- FLORIDA, R.; KENNEY, M. *The breakthrough illusion: Corporate America’s failure to move from innovation to mass production*. New York, NY: Basic Books, 1990.

GIBSON-GRAHAM, J.-K. *The end of capitalism (as we knew it): A feminist critique of political economy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

GIDWANI, V.; WAINWRIGHT, J. On capital, not-capital, and development: After Kalyan Sanyal. *Economic and Political Weekly*, v. 49, p. 40–47, 2014.

HADJIMICHALIS, C.; HUDSON, R. Contemporary crisis across Europe and the crisis of regional development theories. *Regional Studies*, v. 48, p. 208–218, 2013. DOI: 10.1080/00343404.2013.834044.

HALL, S.; MASSEY, D. Interpreting the crisis. *Soundings*, v. 44, p. 57–71, 2010. DOI: 10.3898/136266210791036791.

HARVEY, D. *The limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

HARVEY, D. Retrospect on The limits to capital. *Antipode*, v. 36, p. 544–549, 2004. DOI: 10.1111/j.1467-8330.2004.00431.x.

HAUSMANN, R. et al. *The atlas of economic complexity: Mapping paths to prosperity*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.

HOWELL, C.; CULPEPPER, P. D.; RUEDA, D. On Kathleen Thelen, Varieties of liberalization and the new politics of social solidarity. *Socio-Economic Review*, v. 13, p. 399–409, 2015. DOI: 10.1093/ser/mwv005.

HUDSON, R. *Wrecking a region*. London: Pion, 1989.

HUDSON, R. *Producing places*. New York, NY: Guilford, 2001.

HUDSON, R. *Economic geographies: Spaces, circuits and flows*. London: Sage, 2005.

HUDSON, R. Regions and regional uneven development forever? Some reflective comments upon theory and practice. *Regional Studies*, v. 41, p. 1149–1160, 2007. DOI: 10.1080/00343400701291617.

HUDSON, R. Rising powers and the drivers of uneven global development. *Area Development and Policy*, v. 1, p. 1–16, 2016.

KATZ, C. Capitalist mutations in emerging, intermediate and peripheral neoliberalism. In: BOND, P.; GOMEZ, A. (Eds.). *BRICS: An anti-capitalist critique*. London: Pluto Press, 2015. p. 70–93.

KELLY, P. F. Production networks, place and development: Thinking through global production networks in Cavite, Philippines. *Geoforum*, v. 44, p. 82–92, 2013. DOI: 10.1016/j.geoforum.2011.10.003.

LIPIETZ, A. *Mirages and miracles: Crisis in global Fordism*. London: Verso, 1987.

MAKKI, F. Reframing development theory: The significance of the idea of uneven and combined development. *Theory and Society*, v. 44, p. 471–497, 2015. DOI: 10.1007/s11186-015-9252-9.

MARX, K. *Capital*, Volume 1. Harmondsworth: Penguin, 1976.

MASSEY, D. Regionalism: Some current issues. *Capital C Class*, v. 2, p. 106–125, 1978. DOI: 10.1177/030981687800600105.

MASSEY, D. *Spatial divisions of labour*. London: Macmillan, 1984.

MCMICHAEL, P. World-systems analysis, globalization and incorporated comparisons. *Journal of World Systems Research*, v. 6, p. 668–690, 2000. DOI: 10.5195/jwsr.2000.192.

PECK, J. Editorial: American recession. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 27, p. 131–135, 2002. DOI: 10.1111/1475-5661.00045.

PECK, J. Economic geography: Island life. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, p. 113–133, 2012. DOI: 10.1177/2043820612443779.

PECK, J. Explaining (with) neoliberalism. *Territory, Politics, Governance*, v. 1, p. 132–157, 2013a. DOI: 10.1080/21622671.2013.785365.

PECK, J. For Polanyian economic geographies. *Environment and Planning A*, v. 45, p. 1545–1568, 2013b. DOI: 10.1068/a45236.

PECK, J. Cities beyond compare? *Regional Studies*, v. 49, p. 160–182, 2015. DOI: 10.1080/00343404.2014.980801.

PECK, J. *Offshore: Exploring the worlds of global outsourcing*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

PECK, J. Uneven regional development. In: RICHARDSON, D.; CASTREE, N.; GOODCHILD, M. F.; KOBAYASHI, A.; LIU, W.; MARSTON, R. A. (Eds.). *The Wiley-AAG international encyclopedia of geography*. Oxford: Wiley-Blackwell, no prelo.

PECK, J.; TICKELL, A. Searching for a new institutional fix: The after-Fordist crisis and global-local disorder. In: AMIN, A. (Ed.). *Post-Fordism: A reader*. Oxford: Blackwell, 1994. p. 280–316.

PECK, J.; THEODORE, N. Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, v. 31, p. 731–772, 2007. DOI: 10.1177/0309132507083505.

PECK, J.; ZHANG, J. A variety of capitalism... with Chinese characteristics? *Journal of Economic Geography*, v. 13, p. 357–396, 2013. DOI: 10.1093/jeg/lbs058.

PIORE, J. J.; SABEL, C. *The second industrial divide*. New York, NY: Basic Books, 1984.

ROBINSON, W. BRICS and transnational capitalism. In: BOND, P.; GOMEZ, A. (Eds.). *BRICS: An anti-capitalist critique*. London: Pluto Press, 2015. p. 231–235.

ROSENBERG, J. The “philosophical premises” of uneven and combined development. *Review of International Studies*, v. 39, p. 569–597, 2013. DOI: 10.1017/S0260210512000381.

SANYAL, K. *Rethinking capitalist development: Primitive accumulation, governmentality and post-colonial capitalism*. London: Routledge, 2007.

SCOTT, A. J. Economic geography: The great half-century. *Cambridge Journal of Economics*, v. 24, p. 483–504, 2000. DOI: 10.1093/cje/24.4.483.

SHEPPARD, E. The spaces and times of globalization: Place, scale, networks, and positionality. *Economic Geography*, v. 78, p. 307–330, 2002. DOI: 10.2307/4140812.

SHEPPARD, E. *Limits to globalization: The disruptive geographies of capitalist development*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SHEPPARD, E. Heterodoxy as orthodoxy: Prolegomenon for a geographical political economy. In: CLARK, G. L.; FELDMAN, M. P.; GERTLER, M. S.; WÓJCIK, D. (Eds.). *The new Oxford handbook of economic geography*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

SMITH, N. *Uneven development: Nature, capital and the production of space*. Oxford: Blackwell, 1984.

STORPER, M.; WALKER, R. *The capitalist imperative: Territory, technology and industrial growth*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1989.

THRIFT, N. *Knowing capitalism*. London: Sage, 2005.

WALKER, R.; STORPER, M. Capital and industrial location. *Progress in Human Geography*, v. 5, p. 473–509, 1981. DOI: 10.1177/030913258100500401.

WALLERSTEIN, I. Whose interests are served by the BRICs? In: BOND, P.; GOMEZ, A. (Eds.). *BRICS: An anti-capitalist critique*. London: Pluto Press, 2015. p. 269–273.

WERNER, M. *Global displacements: The making of uneven development in the Caribbean*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2016a.

WERNER, M. *Global production networks and uneven development: Exploring geographies of devaluation, disinvestment and exclusion*. Department of Geography, SUNY-Buffalo, 2016b. (Manuscrito não publicado).

WERNER, M.; BAIR, J.; FERNÁNDEZ, V. R. Linking up to development? Global value chains and the making of a post-Washington consensus. *Development and Change*, v. 45, n. 6, p. 1219–1247, 2014. DOI: 10.1111/dech.12132.

WITT, M. A. et al. The business systems of the world's leading 61 economies: Institutional comparison, clusters, and implications for varieties of capitalism and business systems research. *INSEAD Working Paper 2015/66/EPS/IIPI*, Fontainebleau: INSEAD, 2015. DOI: 10.13140/RG.2.1.1842.9922.